

CORREIO PAULISTA

Autoridade Portuária de Santos



Embarcação trouxe o combustível de terminal na Bahia

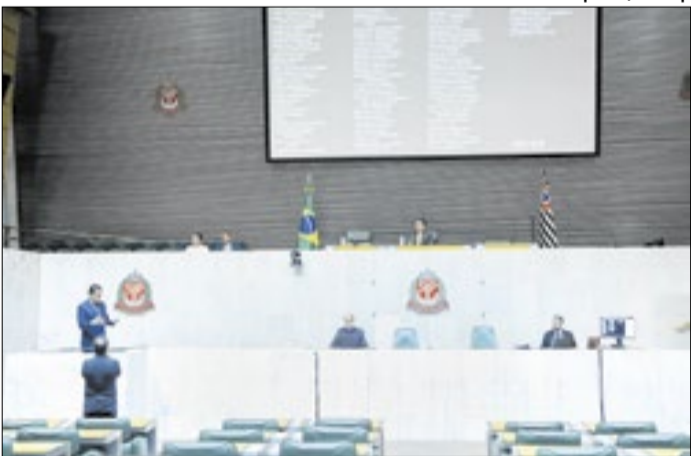
Navio com gasolina recebe prioridade no Porto de Santos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) autorizou a atracação prioritária do navio MH Buiki, de bandeira panamenha, transportando 17.974 toneladas de gasolina, cerca de 600 caminhões-tanque. Segundo a APS, a medida visa reduzir o risco de desabastecimento no Estado de São Paulo, conforme avaliação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O navio trouxe o combustível do Terminal Marítimo de Madre de Deus, na Bahia, e iniciou a descarga no Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa (Tegla) após chegar ao porto em 30 de março. A operação beneficia diretamente os consumidores ao garantir oferta nos postos. Em nota, o presidente da APS, Anderson Pomini, destacou que a prioridade foi concedida a pedido de uma distribuidora.

Desabastecimento e monitoramento

A Diretoria de Operações (Diope) analisa outros pedidos semelhantes para manter equilíbrio entre embarcações. O parecer da ANP apontou risco real de desabastecimento no estado devido à instabilidade global causada pelos conflitos no Oriente Médio, especialmente pelo estreito de Ormuz. A APS acompanha os efeitos no Brasil e espera que o cessar-fogo firmado em 7 de abril seja mantido.

Bruna Sampaio / Alesp



Discursos ocorrem de segunda a sexta-feira na Assembleia

Alesp discute bullying e renda básica

A 41ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de São Paulo ocorreu na tarde de quinta-feira (09) com parlamentares tratando de temas de interesse público. Foram debatidos o enfrentamento ao bullying e a agressão nas escolas, além da valorização dos policiais penais, reajuste salarial, futuro do emprego e possibilidade de renda básica. Participaram do expediente os deputados Solange Freitas (União), Rui Alves (Republicanos), Gil Diniz Bolsonaro (PL), Reis e Eduardo Suplicy (PT). Os discursos ocorrem de segunda a sexta no Pequeno e Grande Expediente.

Conselho do Instituto Simonsen é criado

A Fiesp realizou em 7 de abril a instalação do Conselho Superior do Instituto Roberto Simonsen (IRS), voltado a estudos de temas nacionais e desenvolvimento econômico. Liderado por Milton Bogus e com Paulo Skaf, reuniu especialistas que debateram mercado de trabalho, reformas sindicais e educação técnica, além de propostas para modernizar relações laborais e reformular o FGTS.

Furto em corrida

Motorista de aplicativo, de 36 anos, usou cartão de passageiro, de 21 anos, após ele esquecer carteira em corrida em Santos (SP). Segundo a Polícia Civil, houve compras por aproximação. Ela devolveu o objeto sem dinheiro e depois transferiu R\$ 500. Caso é investigado como furto pela delegacia.

Fundesa-PEC

A partir de maio, São Paulo terá o Fundesa-PEC, fundo para agilizar ações contra febre aftosa. A medida garante resposta rápida, indenização ao produtor e manutenção do status sanitário sem vacinação, essencial para exportações e acesso a mercados como Japão e Coreia do Sul. Fundo reduz impactos econômicos no setor.

Abril Marrom

A Assembleia Legislativa de SP abriu o Abril Marrom, campanha de prevenção à cegueira e baixa visão. Em parceria com a ONG Renovatio, a ação reforça a importância de exames e tratamento precoce. Parlamentares destacaram impactos na educação, trabalho e autonomia, e causas como catarata, glaucoma e DMRI.

Polícia Penal

A Comissão de Segurança Pública da Alesp recebeu o secretário Marcello Streifinger para prestação de contas. Parlamentares cobraram valorização da polícia penal, com déficit de 30% no efetivo e ausência de reajuste salarial. Streifinger citou avanços na carreira, qualificação e planos de progressão, mas disse que recomposição inflacionária não há previsão.

Proteção animal

A Comissão de Transportes da Alesp analisou 42 projetos e aprovou propostas sobre segurança. Entre elas, medidas para proteção de animais em rodovias e prevenção de acidentes em trens e metrô. Textos seguem para análise no plenário. Também houve debate sobre propaganda em transportes públicos no estado.

Nome aprovado

A Comissão de Infraestrutura da Alesp aprovou Adriano Arrepia de Queiroz para diretor da SP-Águas até 2031. Indicado pelo governo, ele foi sabatinado e teve aval unânime. O projeto segue ao plenário. Engenheiro tem mais de 20 anos de experiência e atuou na Cetesb e no Ibama. Mandato depende de votação final dos deputados.



Projeto permanece aberto a contribuições até o dia 24 de abril

Audiências discutem concessão do Ibirapuera

Proposta prevê modernização, preservação e acesso gratuito

Da Redação

O Governo do Estado de São Paulo realiza, nos dias 13 e 14 de abril de 2026, duas audiências públicas para apresentar e debater a proposta de concessão de uso do Complexo do Ibirapuera e da Vila Olímpica Mário Covas. A iniciativa é conduzida pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e integra o processo de participação social previsto na elaboração do projeto.

De acordo com o governo estadual, a proposta prevê a manutenção da gratuidade para a prática esportiva, com foco no fortalecimento das atividades já desenvolvidas nos espaços. O objetivo é promover a requalificação e a reativação dos equipamentos públicos, considerados estratégicos para o esporte e o lazer na capital paulista.

A audiência presencial está marcada para a segunda-feira, 13 de abril, às 11h, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), na cidade de São Paulo. Já a audiência virtual ocorrerá no dia seguinte, terça-feira, 14 de abril, também às 11h. Interessados em se manifestar oralmente no encontro remoto devem realizar inscrição prévia até as 17h do dia 13 de abril.

Segundo informações oficiais, o modelo de concessão

proposto contempla a preservação do patrimônio existente, além da modernização da infraestrutura e da ampliação do uso pela população. A inclusão da Vila Olímpica no projeto busca ampliar o alcance social das ações, integrando atividades esportivas e culturais em uma mesma política pública.

O plano abrange uma área superior a 260 mil metros quadrados, com previsão de melhorias em manutenção, segurança e sustentabilidade. Também está prevista a implantação de programas de iniciação esportiva, especialmente voltados ao público atendido pela Vila Olímpica.

Consulta pública e participação social

O projeto encontra-se em consulta pública desde 23 de março e permanece aberto a contribuições até 24 de abril de 2026. Durante esse período, cidadãos, especialistas e instituições podem encaminhar sugestões para o aprimoramento da proposta. Documentos e informações estão disponíveis em plataforma digital do governo estadual.

As audiências públicas representam uma etapa formal de escuta da sociedade, com o objetivo de reunir contribuições que possam subsidiar eventuais ajustes antes da definição final do modelo de concessão.